

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-  
GRANDENSE - CÂMPUS PASSO FUNDO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**GABRIEL LOPES**

**GESTÃO ESCOLAR: UM OLHAR INCLUSIVO PARA O TRANSTORNO DO  
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

**PASSO FUNDO**

**2024**

**GABRIEL LOPES**

**GESTÃO ESCOLAR: UM OLHAR INCLUSIVO PARA O TRANSTORNO DO  
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Especialização em Gestão na educação Básica do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Passo Fundo, como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Metodologia de Pesquisa.

Orientador (a): Willian Guimarães

**PASSO FUNDO**

**2024**

## SUMÁRIO

1	<b>TEMA</b>	4
1.1	<b>Delimitação do tema</b>	4
2	<b>PROBLEMA</b>	4
3	<b>HIPÓTESE(S)</b>	4
4	<b>OBJETIVOS</b>	5
4.1	<b>Objetivo geral</b>	5
4.2	<b>Objetivos específicos</b>	5
5	<b>JUSTIFICATIVA(S)</b>	5
6	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	6
7	<b>METODOLOGIA</b>	14
8	<b>CRONOGRAMA</b>	15
9	<b>REFERÊNCIAS</b>	16

## **1. TEMA**

Gestão Escolar: um olhar inclusivo para o transtorno do espectro autista (TEA)

Este trabalho aborda o papel da gestão escolar na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando como as práticas de gestão podem facilitar o processo educacional para professores e funcionários, promovendo um ambiente mais acolhedor e eficaz para alunos com autismo.

### **1.1 Delimitação do tema**

A gestão escolar pode capacitar professores para atender alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) através da implementação de políticas inclusivas e da criação de treinamentos especializados. Também, é essencial formar parcerias entre a escola, as famílias e a comunidade para apoiar a inclusão desses estudantes de maneira eficaz. Essas estratégias ajudam a garantir um ambiente educacional adaptado às necessidades dos alunos com TEA, promovendo seu sucesso acadêmico e social.

## **2. PROBLEMA**

Este projeto investiga como a administração escolar tem abordado a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de que maneira colabora com professores e funcionários para aprimorar o atendimento a esses estudantes. Examina-se também o impacto da gestão escolar na capacitação dos professores para lidar com alunos com autismo, investigando se as técnicas e recursos utilizados são eficazes para incentivar a inclusão desses alunos. Além disso, o projeto analisa como a administração media a comunicação entre a escola e as famílias, buscando entender como essa comunicação pode contribuir para o melhor aprendizado dos alunos com TEA.

## **3. HIPÓTESE(S)**

A gestão escolar que implementa programas de capacitação contínua para professores exerce um impacto positivo significativo na inclusão de estudantes com

Transtorno do Espectro Autista (TEA), melhorando o atendimento e a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades desses alunos. Além disso, políticas de inclusão adequadas, quando implementadas pela administração escolar, contribuem para a criação de um ambiente mais acolhedor e eficaz, facilitando a participação e o desenvolvimento dos estudantes com TEA. A administração escolar que incentiva a participação ativa das famílias e da comunidade na vida escolar dos alunos com TEA também desempenha um papel crucial, promovendo avanços tanto no progresso acadêmico quanto social desses estudantes.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo geral**

Analisar o papel da gestão escolar na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificando práticas que possam auxiliar professores e funcionários a oferecerem melhor suporte e atendimento.

### **4.2 Objetivos específicos**

- Identificar as estratégias de formação continuada para professores no atendimento a alunos com TEA.
- Avaliar as práticas de gestão escolar que promovem políticas inclusivas.
- Analisar o impacto da colaboração entre escola, família e comunidade na inclusão de alunos com TEA.

## **5. JUSTIFICATIVA(S)**

O tema “Gestão Escolar: um olhar inclusivo ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)” foi escolhido devido ao aumento da necessidade de proporcionar ambientes educacionais que realmente respeitem e deem o suporte e principalmente proporcionem a inclusão. O autismo é uma condição que afeta a fala, a interação social e o comportamento (GILLBERG, 1990). Os desafios que esses alunos enfrentam vão muito além da sala de aula, mas também forçam uma abordagem diferente por parte da gestão escolar para que possam garantir um ambiente inclusivo.

O ato de incluir um aluno com deficiência em uma escola regular não pode ser visto como um mero ato obrigatório, mas sim como uma prática apoiada em um paradigma educacional voltado à defesa da diversidade e dos direitos humanos, tratando-se, de um processo social complexo que resulta de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos (diretamente ou indiretamente) com o processo de ensino-aprendizagem. WEIZENMANN, Luana Stela; Szareski Pezzi, Fernanda Aparecida; Zanon, Regina Basso. (2020)

Essa pesquisa foi motivada por diversos fatores em primeiro lugar, a importância do assunto no mundo onde vivemos, devido ao aumento de casos de pessoas com TEA e a importância da inclusão escolar. De acordo com o relatório do Censo da Educação Básica onde aponta um incremento de 50% no número de matrículas de estudantes com TEA em escolas brasileiras nos últimos anos. Além disso, um estudo realizado em 2020 e divulgado em 2023 pelo Centers for Disease Control and Prevention (CDC) nos Estados Unidos aponta que 1 em cada 36 crianças nasce com autismo. Ressaltando assim a urgência de elaborar estratégias de gestão que garantam o acesso à educação para todos, independentemente de suas circunstâncias.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

A discussão sobre a inclusão de estudantes com autismo nas escolas é um assunto amplamente discutido, ainda falta informação sobre o papel da gestão escolar nesse contexto. Este estudo busca preencher essas lacunas, oferecendo orientações para gestores escolares, formuladores de políticas e professores. Ao fazer uma análise sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sob a perspectiva da gestão, essa pesquisa tem como objetivo contribuir para a criação de um sistema educacional mais inclusivo, onde todos os estudantes possam alcançar seu potencial em um ambiente acolhedor e adaptado às suas necessidades individuais.

## **6. REFERENCIAL TEÓRICO**

Silva (2009) e Sousa(2018) observam que o autismo pode alterar as dinâmicas familiares, causar estresse e desafios significativos na interação social. Silva (2009) também destaca a dificuldade na fala desses alunos e no convívio social, o que pode impactar negativamente sua relação com os demais. Pensando

nisso, devemos compreender como a gestão escolar pode apoiar não só os alunos, mas também suas famílias, o que é essencial para reduzir os desafios psicossociais associados a essa condição. Os desafios educacionais são cruciais pois muitos professores vêm relatando que têm dificuldades em adaptar suas atividades de ensino para incluir esses alunos com TEA. Neste contexto, a gestão escolar tem um papel primordial oferecendo formação contínua e desenvolvendo políticas inclusivas que possam facilitar esse processo, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais adequado às necessidades dos seus alunos.

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

## **Contexto Histórico do TEA**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) teve seu início, segundo autores como Marinho e Merkle (2009), Donvan & Zucker (2017), e Schmidt (2013), com a publicação do artigo do psiquiatra Leo Kanner em 1943, intitulado "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo" (*Autistic Disturbances of Affective Contact*). Marinho e Merkle (2009) explicam que:

Kanner (1943) ressalta que o sintoma fundamental, "o isolamento autístico", estava presente na criança desde o início da vida, sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de "autistas" (2009, p. 6.086)

Além de Kanner (1943), outro autor que relatou características do autismo foi Hans Asperger (1944). Ele descreveu crianças com dificuldades significativas na interação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos, mas com desenvolvimento linguístico e cognitivo preservados, ou até acima da média. Kanner (1943) utilizou o termo "distúrbio autístico do contato afetivo" para descrever as características das crianças que ele estudava. Com o tempo, à medida que a compreensão sobre a condição avançava, ele passou a referir-se a essa condição

como "autismo infantil", destacando o início precoce dos sintomas. Já Asperger (1944) empregou o termo "psicopatia autística" para seus pacientes. Bossa (2002) relata que:

Tanto Kanner quanto Asperger empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão do isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com outros de modo espontâneo e recíproco (BOSSA, 2002, p. 26)

O termo “autismo” só fora formalmente introduzido na classificação dos transtornos mentais com a publicação do DSM-III (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 3ª edição) em 1980. Como De Paula *et.al* (2017) constata:

Apesar de os primeiros relatos clínicos terem sido descritos por Leo Kanner em meados de 1940, a categoria autismo infantil foi introduzida nos manuais diagnósticos pela primeira vez na 3ª edição do Manual de Diagnóstico dos transtornos mentais: DSM-III (PAULA *et.al*, 2017, p. 8)

A partir do DSM-V o Transtorno do Espectro Autista passou a englobar outras diversas condições anteriormente classificadas de forma separada. Como o autismo relatado por Kanner(1943) e por Asperger (1944).

O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. DSM-V (American Psychiatric Association (2014, p. 53)

Essa mudança reflete uma compreensão mais abrangente e integrada das diferentes manifestações do autismo, considerando como variações de um mesmo espectro, com graus variados de gravidade e necessidades de suporte.

O autismo está dividido em 3 níveis de suporte segundo a DSM-V conforme a tabela a seguir:

<b>Nível de gravidade</b>	<b>Comunicação Social</b>	<b>Comportamentos restritivos</b>
<b>Nível 3</b> “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande

	de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
<b>Nível 2</b> “Exigindo apoio substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
<b>Nível 1</b> “Exigindo apoio”	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: American Psychiatric Association, DSM-5, 2014. p 52.

### **Principais Abordagens de Tratamento para o TEA**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental complexa que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de indivíduos em diferentes graus. Diante da diversidade de

manifestações do TEA, é crucial que as abordagens de tratamento sejam igualmente diversificadas e adaptadas às necessidades individuais.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2010, p. 22).

Pensando nisso iremos abordar alguns dos principais tratamentos para o autismo, esses tratamentos incluem: Terapia Ocupacional (TO), Análise do Comportamento Aplicada (ABA - Applied Behavior Analysis), Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Deficiências Relacionadas à Comunicação (TEACCH) entre outros métodos.

A terapia ocupacional é uma área da saúde focada em ajudar pessoas a desenvolver, recuperar ou manter habilidades necessárias para realizar atividades cotidianas de maneira independente e satisfatória. Isso inclui diversas intervenções que podem ser usadas para crianças, adultos e idosos com dificuldades físicas, mentais, emocionais ou sociais.

O terapeuta ocupacional se dedica à compreensão do fazer humano e sua atuação tem foco nas áreas do fazer cotidiano e/ou da ocupação humana, dentre elas, tem-se as atividades relacionadas ao campo da educação, o que aponta para a importância de pensar e refletir sobre a atuação do terapeuta ocupacional nessa área (RORIZ, LINS e FARIAS, 2023, p. 3)

O método ABA é estruturado em torno da observação e análise do comportamento do indivíduo, permitindo que intervenções sejam personalizadas para as necessidades de cada um. As técnicas incluem reforço positivo, onde comportamentos desejados são recompensados para aumentar a probabilidade de sua repetição, e divisão de tarefas em etapas menores e mais gerenciáveis para facilitar o aprendizado.

A Análise do Comportamento, que se estrutura sobre a ideia de que o comportamento é modelado pelo ambiente por meio das consequências. Desta forma, se um comportamento é seguido de uma consequência favorável (reforço), ele tende a continuar e até aumentar de frequência; mas se o comportamento não é reforçado, ou se o tipo de reforço usado não é mais gratificante, o comportamento tende a diminuir de frequência e até extinguir. SOUSA, SILVA, RAMOS, MELO, 2020. p 107)

A abordagem TEACCH enfatiza a criação de um ambiente altamente estruturado, com o uso de pistas visuais e rotinas bem definidas para facilitar a compreensão e a comunicação. Focado no desenvolvimento de habilidades

funcionais, o método é individualizado para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo a autonomia e a independência.

O método talvez mais famoso seja o denominado método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication), iniciado por Schopler na década de 1970 na Universidade da Carolina do Norte, que consiste em oferecer apoios educacionais de forma precoce. O método usa apoios visuais, assim como o PECS, mas não como forma de comunicação, e, sim, como forma de estruturação de atividades e rotinas. A partir de interesses, capacidades e necessidades, cada sujeito recebe formas de intervenção e organização espacial e temporal na sua rotina. PASSERINO (2015, p. 28)

## **Políticas Educacionais Inclusivas**

Antes de discutirmos as políticas públicas propriamente ditas, é fundamental compreendermos o conceito de educação especial e o papel que ela desempenha no sistema educacional. Ela é uma modalidade da educação básica, que se diferencia por oferecer suporte especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, promovendo a inclusão desses estudantes no ambiente escolar regular e garantindo que eles tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que os demais alunos.

A Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. PAULON, FREITAS, PINHO. (2005, p. 19)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, em seu artigo 56 e incisos, estabelece os direitos assegurados aos alunos com necessidades especiais. Esse dispositivo legal reforça o compromisso do sistema educacional em garantir que esses estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas especificidades e promova sua inclusão no ambiente escolar regular.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996)

A Constituição Federal (1988), em seu Artigo 208, estabelece as obrigações do Estado em relação à educação, assegurando o direito de todos os cidadãos ao acesso ao ensino de qualidade. Nos incisos I e III, o texto constitucional aborda especificamente a educação especial, destacando-a como um dever do Estado a ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

[...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; BRASIL. (1988).

O Decreto nº 7.611/2011 regulamenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), estabelecendo diretrizes importantes para a organização e oferta desse serviço no Brasil. Este decreto reforça a obrigatoriedade do AEE como parte integrante do processo educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou  
II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 4º O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. BRASIL.(2011)

## **O Papel da Gestão Escolar na Inclusão de Alunos com TEA**

A gestão escolar desempenha um papel primordial na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para que a inclusão seja efetiva, a gestão deve, em primeiro lugar, focar na preparação adequada de seus professores e funcionários, garantindo que eles estejam capacitados para lidar de maneira eficiente e sensível com as necessidades específicas desses alunos. Isso envolve a oferta de formação continuada, promovendo a atualização constante sobre as melhores práticas pedagógicas e terapêuticas.

A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. (NOTA TÉCNICA N° 24 /2013 /MEC /SECADI /DPEE)

Segundo o Documento Subsidiário à Política de Inclusão, é relatado que:

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um

processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. PAULON, FREITAS, PINHO. (2005, p. 21)

Além de garantir a formação continuada de seus professores, a gestão escolar deve também focar na criação de um ambiente de apoio para todos os funcionários e, principalmente, para as famílias dos alunos com TEA. Isso inclui proporcionar espaços para discussões e troca de experiências, onde os educadores e funcionários possam compartilhar desafios e estratégias de inclusão.

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo de estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados. ABRAMOWICZ. (1997, p. 89)

A administração escolar também deve estar atenta ao diagnóstico precoce e à importância do estímulo precoce para alunos com TEA. Identificar o transtorno o mais cedo possível permite que a escola, em parceria com a família e os profissionais de saúde, inicie intervenções adequadas que podem fazer uma diferença significativa no desenvolvimento da criança.

Não existe cura para indivíduos diagnosticados com autismo, mas existem intervenções que podem melhorar suas habilidades de comunicação, socialização e funções motoras. Sendo um diagnóstico precoce essencial para o prognóstico. [...] Assim, profissionais da saúde, educação e outras áreas relacionadas, que possuem a infância como foco, devem estar cada vez mais preparados para se deparar com casos de autismo nas suas práticas, sendo de extrema importância o conhecimento do tema para identificação dos sinais, diagnóstico e intervenção precoce. STEFFEN, PAULA, MARTINS, LÓPEZ. (2019, p. 03)

## **7. METODOLOGIA**

Este trabalho optou pela pesquisa bibliográfica, como procedimento técnico principal para a investigação do tema proposto. A pesquisa bibliográfica é definida como a modalidade de atividade que envolve a busca, seleção, e análise de obras publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais, e outros materiais relevantes. O objetivo é reunir e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema, proporcionando uma base teórica sólida e identificando lacunas na literatura que possam sugerir oportunidades para novas investigações.

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos,

páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa foi conduzida por meio de buscas em bases de dados acadêmicas, como Google Scholar, Scielo, PubMed, e em bibliotecas digitais de universidades, além de consultas a legislações e diretrizes oficiais relacionadas ao tema. A coleta de dados envolveu o uso de palavras-chave específicas que descrevem o tema de estudo. Os textos selecionados foram analisados sistematicamente para identificar padrões, convergências e divergências entre diferentes abordagens teóricas e empíricas. A análise também buscou compreender como os conceitos e teorias presentes na literatura se aplicam aos objetivos do trabalho.

## 8. CRONOGRAMA

<b>Atividade</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>
Definição do Tema e Objetivos	x		
Revisão Bibliográfica	x		
Elaboração do Projeto de Pesquisa	x		
Coleta de Dados		x	
Análise dos Dados		x	
Redação do Trabalho		x	
Revisão e			x

Ajustes Finais			
Apresentação e Defesa			x

## 9. REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, ANETE. MOLL, JAQUELINE (org.) *Para além do fracasso escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 1997

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* [recurso eletrônico]. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.; Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... et al. 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). *Autismo e educação: atuais desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil* 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 31 ago. 2024

BRASIL, *Decreto Nº 7611*, 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)> Acesso em: 31 de Ago. 2024

BRASIL, *Lei Federal nº 9394*, 20 de dezembro de 1996. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13287-nt24-sistem-lei12764-2012>> Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. *Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. *Outra Sintonia: a história do autismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Gillberg, G. Autism and pervasive developmental disorders. *J Child Psychol Psychiat* 1990. v. 31, n 1, p 99-119.

MARINHO, Eliane A. R.; MERKLE, Vânia L. B. Um olhar sobre o autismo e sua especificação. In: IX Congresso de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR, out. 2009. p. 6.084-6.096. Disponível em: <<https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2015/08/UM-OLHAR-SOBRE-O-AUTISMO-E-SUAS-ESPECIFICAÇÕES.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PAULA, Cristiane S. de; et al. Conceito do Transtorno do Espectro Autista: definição e epidemiologia. In: BOSA, Cleonice Alves; TEIXEIRA, Maria Cristina T.V. *Autismo: Avaliação psicológica e neuropsicológica*. 2ª ed. – São Paulo: Hogrefe, 2017. cap. 01. p. 07-28.

Roriz, D. V., Lins, S. R. A., & Farias, M. N. (2023). *Terapia ocupacional e educação: um estudo documental sobre a formação acadêmica*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3474. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO266434741>> Acesso em: 25 ago. 2024.

SCHMIDT, Carlo. (org.). *Autismo, Educação e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SOUSA, Deborah Luiza Dias de; SILVA, Annaline Luzia da; RAMOS, Camila Maria de Oliveira; MELO, Cynthia de Freitas. *Análise do comportamento aplicada: a percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista*. *\*Contextos Clínicos\**, v. 13, n. 1, p. 105-124, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v13n1/v13n1a07.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

STEFFEN, Bruna Freitas; PAULA, Izabela Ferreira de; MARTINS, Vanessa Morais Ferreira; LÓPEZ, Mónica Luján. *Diagnóstico precoce de autismo: uma revisão literária*. *\*Revista Saúde Multidisciplinar\**, v. 6, 2019. Disponível em: <<https://fampfaculdade.com.br/wp-content/uploads/2019/12/12-DIAGNÓSTICO-PRE-COCE-DE-AUTISMO-UMA-REVISÃO-LITERÁRIA.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2024.

WEIZENMANN, Luana Stela; Szareski Pezzi, Fernanda Aparecida; Zanon, Regina Basso. *Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes*. *\*Psicologia Escolar e Educacional\**, *Eloclid*, v. 24, e217841, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217841>>. Acesso em: 24 ago. 2024.